



MANIFESTAÇÕES DO “ARQUIPÉLAGO CARCERAL”: O CASO DA RMBH

Gabriel do Carmo Lacerda ¹

RESUMO

O presente texto pretende indicar algumas manifestações do processo do “arquipélago carceral”, conceito discutido por Edward Soja, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) entre 2006 e 2019, assim como cotejar esta discussão dentro do contexto e da problemática brasileira, em especial acerca da arquitetura do medo e da segurança, de Teresa Caldeira, e da Fobópoles, de Marcelo Souza. A partir da compilação, em especial, dos dados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) e da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) foi possível apontar a evolução quantitativa – e de certa forma qualitativa – das ocupações de segurança, especialmente, privada e pública/municipalizada na RMBH. Destaca-se, também, a sua espacialidade, com o espraiamento das ocupações e estabelecimentos de segurança nos diversos municípios que compõem a RMBH no período em tela. Portanto, constata-se a persistência e a reprodução, na urbanização metropolitana e metropolização, de uma ideologia e hegemonia da dinâmica chamada de “carceral”.

Palavras-chave: Região Metropolitana de Belo Horizonte, Arquipélago Carceral, Urbanização, Segurança.

ABSTRACT

This paper intends to indicate some manifestations of the “carceral archipelago” process, a concept discussed by Edward Soja, in the Metropolitan Region of Belo Horizonte (RMBH) between 2006 and 2019, as well as collating this discussion within the context and the Brazilian issue, in particular about the architecture of fear and security, by Teresa Caldeira, and Fobópoles, by Marcelo Souza. From the compilation, in particular, of data from the Annual Social Information List (RAIS) and from the Basic Municipal Information Survey (MUNIC) it was possible to point out the quantitative evolution - and in a qualitative way – security occupations, especially, private and public/municipalized in the RMBH. Its spatiality is also noteworthy, with the spread of security occupations and firms in the various municipalities that make up the RMBH in the period under review. Therefore, there is a persistence and reproduction, in metropolitan urbanization, of an ideology and hegemony of the dynamic called “carceral”.

Palabras clave: Metropolitan Region of Belo Horizonte, Carceral Archipelago, Urbanization, Security.

¹ Doutorando em Economia no CEDEPLAR/UFMG. Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ. Graduado em Relações Econômicas Internacionais pela FACE/UFMG. E-mail: glacerda@cedeplar.ufmg.br



1. Introdução

O presente texto busca indicar algumas manifestações do “arquipélago carceral” (Soja, 2008 [2000]) na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) entre 2006 e 2019. Para tanto, situa o significado e o lugar deste discurso no livro Pós-Metrópoles de Edward Soja (2008 [2000]), assim como debates brasileiros acerca da problemática da arquitetura do medo e da segurança (Caldeira, 2000) e da Fobópoles (Souza, 2008).

Como pano de fundo, ou como substrato geohistórico, existem as profundas mudanças espaciais e do processo de urbanização da RMBH no século XXI (Tonucci Filho, 2009), especialmente no sentido dos Vetores Norte e Sul, marcados pela difusão de enclaves fortificados que encarnam as formas de condomínios fechados voltados para as faixas de renda alta e média alta; de espaços de consumo e lazer; de escritórios de empresas multinacionais; e de empreendimentos para “melhorar o ambiente de negócios” (e.g. aeroportos, centros de convenção, locais de exposição, hotéis, entre outros) (Mendonça, Andrade e Diniz, 2015; Almeida, 2015; Tonucci Filho *et al*, 2015; Costa *et al*, 2006), que carregam, muitas vezes, na sua gênese: 1) a segregação espacial com o entorno; e consequentemente: 2) a necessidade de vigilância e controle de acesso. Especialmente, porque muitos destes novos empreendimentos – especialmente aqueles construídos no Vetor Norte – estão em regiões marcadas por grande heterogeneidade social (Tonucci Filho *et al*, 2015; Almeida, 2019).

Em outras palavras, o processo de reestruturação espacial e de urbanização da RMBH – que tem o Estado de Minas Gerais, e em menor grau os executivos municipais, um ator central (Almeida, 2019; Lacerda, 2019) – foi acompanhado de toda uma problemática, destaca por Soja (2008) para o caso de Los Angeles, de segurança marcada pelo:

problema se plantea en relación con la intensificación del control social y espacial que han implicado los nuevos desarrollos de la privatización, el control policial, la vigilancia, el gobierno y el diseño del entorno urbano y la geografía política del espacio urbano (Soja, 2008, p. 420)

Inclusive com a caracterização de uma “ecologia do medo” (Davis, 2015), ou seja, que seria tanto material quanto do imaginário urbano (inclusive com construção/visão do futuro, de qual cidades queremos enquanto sociedade), que tem levado a pós-metrópole a um conjunto de:

ciudades carcelarias, un archipiélago de recintos normalizados y espacios fortificados que atrincheran, tanto voluntaria como involuntariamente, a los individuos y a las comunidades em islas urbana visibles e y no tan visibles, supervisadas por formas reestructuradas de poder y autoridade pública y privada (Soja, 2008, p. 420-421)



No mesmo sentido, alguns autores brasileiros também avançaram nos estudos sobre como as cidades – e as metrópoles – estão marcadas por uma série de intervenções e aparelhos de segurança com intuito de evitar e repelir a “violência urbana”, sendo que a principal estratégia para as classes alta e média alta é a autossegregação em ambientes com elevada vigilância que, num ambiente marcado pela sensação de permanentes *insegurança*, é retroalimentada pelos aparelhos ideológicos, especialmente a grande mídia. Estes processos acabam carregando e reproduzindo uma série de preconceitos raciais, étnicos, de classe, além estereótipos negativos referentes aos pobres e marginalizados (Caldeira, 2000; Souza, 2008).

Associa-se também que atrelado a parafernália tecnológica – cada vez mais *high tech*, de trancas, câmeras, biometria, monitoramento –, ocorre a expansão, muitas vezes não trazida para o centro da cena, de uma força de trabalho de segurança essencialmente *privada* com vistas a garantir o “isolamento, encerramento e distanciamento daqueles que são considerados perigosos” (Caldeira, 2000, p.9). Desta forma, se consolida, cada vez mais, um segmento rendoso de “serviços de segurança privada” que, geralmente, tem substituído uma das funções básicas do Estado moderno (Caldeira, 2000; Souza, 2008, Soja, 2008 [2000]).

Não obstante, é importante notar que tem ocorrido, simultaneamente, a municipalização da segurança pública – historicamente vinculada às esferas estaduais – com a expansão do número de Guardas-Civis Municipais, sendo que muitas delas possuem armas de fogo e treinamento em linhas semelhantes/ou dado pela Polícia Militar. Consequentemente, reproduzem a ideia de um inimigo interno a ser neutralizado e o tratamento “militarizado” da problemática da segurança pública com um viés notadamente ostensivo e repressivo.

Ou seja, a manifestação da dimensão “carceral” no caso brasileiro deve levar em conta, num primeiro nível, o caso geral – observado em várias locais do mundo – de uma expansão da segurança privada vis-à-vis a segurança pública, especialmente no caso da relação entre vigilantes *versus* efetivo da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). E, num outro nível, mais específico para caso brasileiro, tem ocorrido a municipalização – via implementação de Guardas-Civis Militares – da segurança pública. O efetivo municipal tem limite, conforme o Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei Federal 13.022 de 8 de agosto de 2014), mas aponta exatamente a tendência da incorporação/necessidade da pauta da segurança pública na esfera mais local e imediata, isto é, o município, sob controle do executivo com vista a atender as necessidades de ambiente “mais seguro”, para as pessoas e o patrimônio.

Outro aspecto importante é como a força de trabalho vinculada à segurança, especialmente a privada, possui diversos níveis técnicos, de remuneração, de ostensividade e



até mesmo de organização política. Por exemplo, aqui parte-se da ideia que a vigilância e o controle possuem várias escalas. Por esta razão se considera, neste trabalho, conjuntamente os segmentos de *vigias e porteiros*, assim como o de *vigilantes e guardas de segurança*, ou de *atividades de monitoramento, vídeo e instalação de sistema de segurança*, pois cada uma faz parte – à sua maneira – do *complexo de segurança*, expressando a ideia que os autores anteriores queriam discutir sobre a difusão das “cidades de muros”, “Fobópolis”, “arquipélagos carcerais”, “enclaves fortificados” etc. Muito embora, cada qual desempenhe papéis sociais muito diferentes, inclusive com associações sindicais díspares².

Por fim, importante destacar que cada um destes profissionais pode acabar reproduzindo diversos padrões de preconceitos e discriminações que se amoldam as ideias de segurança desejados pelas classes dominantes brasileiras. Da mesma maneira, muitas vezes, até pelo nível de remuneração, estes trabalhadores e trabalhadoras se originam dos segmentos sociais-espaciais daqueles mesmos indivíduos que eles controlam, perseguem, vigiam e reprimem. Ou seja, situação de reprodução da ideologia dominante nos dominados, conformando exatamente uma ‘hegemonia’ na forma pela qual processos sociais e espaciais são estruturados, especialmente por reproduzir as condições de desigualdade e dominação, aqui no caso da lógica da segurança (Caldeira, 2000; Souza, 2008).

2. Metodologia

Diversos trabalhos têm explorado as novas formas e processos de urbanização na RMBH, especialmente, como dito, nos Vetores Norte e Sul. Mobilizam-se, muitas vezes, os discursos de Soja (2008 [2000]) sobre a reestruturação pós-fordista, da globalização urbana, das novas formas urbanas, da fractalização, das simcities e os seus impactos sobre o imaginário urbano. No mesmo sentido, a dimensão “carceral” tem sido retratada, especialmente, do ponto de vista arquitetônico, discutindo-se os enclaves fortificados nas suas diferentes manifestações, nas tecnologias de controle e na autosegregação das elites.

Visando complementar o olhar sobre a expansão destes espaços fortificados, este texto é um pequeno esforço no sentido de captar a manifestação da dimensão “carceral” da pós-metrópole contemporânea, em especial a partir dos dados sobre ocupações nos segmentos de *segurança* na RMBH. O intuito é avaliar se houve expansão (quantitativa e espacial) destas ocupações; dos estabelecimentos voltados a prestação dos serviços de segurança; e discutir a relação entre força de trabalho vinculada a segurança frente ao total de crimes violentos na

² Em Belo Horizonte, enquanto os vigias e porteiros são representados pelo SINDEAC; os vigilantes e guardas de segurança são representados pelo Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais.



RMBH. Além disso, alguns apontamentos sobre municipalização da segurança pública são sumarizados, especialmente se há implementação de Guardas Municipais e da presença do programa Olho Vivo nos diferentes municípios da área de estudo.

Nesse sentido, primeiramente, uma parte dos dados foram retirados dos registros administrativos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e foram considerados vinculados à *segurança* as seguintes ocupações a partir da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO-Família 2002):

- 5174: Porteiros, Guardas e Vigias;
- 5173: Vigilantes e Guardas de Segurança;
- 9513: Instaladores e Mantenedores de Sistemas eletrônicos de segurança;
- 5103: Supervisores dos serviços de proteção, segurança e outros.

Portanto, o *total da força de trabalho* vinculada à *segurança* no presente trabalho é a soma daquelas ocupações CBO-Famílias 2002 (Códigos: 5174+5173+9513+5103).

Ademais, ainda do ponto de vista das ocupações, houve o foco especial, isto é, a desagregação no segmento de Vigilante (código 517330 da CBO-Ocupação 2002) e – que não está contido em nenhuma das categorias anteriores – o de Guarda-Civil Municipal (código 517215, CBO-Ocupação 2002).

Do ponto de vista da Classificação de Atividade Econômica (CNAE) foram selecionadas as atividades abaixo, tanto o *número de vínculos* quanto o de *estabelecimentos*:

- 801: Atividades de vigilância, segurança privada e transporte de valores;
- 802: Atividades de monitoramento de sistemas de segurança.

Os dados de remuneração média em salários mínimos também foram retirados das bases de dados acima, conforme as diferentes categorias já apresentadas. As informações acerca da RAIS – seja da CBO ou CNAE – consideram o período de análise entre 2006 e 2019, com vistas a compatibilizar a disponibilidade dos dados da CBO 2002 com a CNAE 2.0.

Importante salientar que os dados da RAIS tratam apenas dos registros formais (CLT), desta forma é importante ponderar que, segundo estimativas do Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais, existiriam cerca 20 mil pessoas praticando a atividade de vigilância de forma ilegal, ou seja, um montante significativo que está oculto das estatísticas oficiais, inclusive como trabalho secundário para complementar a renda de policiais militares (O VIGILANTE, s/d; Venaglia, 2020).



Os dados mais detalhados sobre as Guardas Municipais foram extraídos da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) de 2019, pesquisa do IBGE sobre os municípios brasileiros (IBGE, 2020). Os dados sobre crimes violentos³ e furtos foram extraídos dos dados abertos da Secretaria Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais (SEJUSP-MG), há dados disponíveis a partir de 2012, que foram utilizados até 2019, para os crimes violentos; enquanto a série de furtos se inicia em 2015. Já as informações sobre o efetivo de Policiais Militares em Minas Gerais foram retiradas da Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública do Ministério de Justiça e Segurança Pública, particularmente dos anos 2006 e 2019. Por fim, as informações acerca da implementação do Programa Olho Vivo compiladas de reportagens dos sítios eletrônicos de jornais e das prefeituras municipais, conforme disponibilidade de informações, dada a falta de sistematização desta informação.

3. Manifestações da pós-metrópole carceral na RMBH

O Gráfico 1 é uma síntese do segmento de segurança na RMBH. Nota-se, a partir de diferentes recortes acerca das ocupações, uma elevação do total da força de trabalho (CBO) vinculado à segurança, entre 2006 e 2019, de 47%. Enquanto que a elevação do ponto de vista da atividade de segurança (CNAE) foi ainda mais expressiva no período em tela, de 81%. Como comparação, os dados de vínculos formais para a RMBH tiveram um aumento de 22,5% no mesmo período, passando de 1,494 milhão (2006) para 1,830 milhão (2019).

A expressividade da elevação ganha ainda mais evidência se considerarmos que os números de 2019 já recuperaram e, até mesmo, superaram os valores de 2014 (i.e., o período imediatamente anterior à crise/recessão brasileira). Novamente, em paralelo ao total de empregos da RMBH, o valor de 2019 não recuperou o nível de 2014 (1,964 milhão). O mesmo se repete para o total de estabelecimentos (CNAE) vinculados à segurança, que aumentaram 132% entre 2006 (total de 90 estabelecimentos) e 2019 (total de 209 estabelecimentos), superando os valores pré-crise.

Outro fato de destaque é que, apesar da forte redução de crimes violentos (21% entre 2012 e 2019) e de certa estabilidade do número de furtos (elevação de 3% entre 2015 e 2019), a contratação de pessoal – seja pelo prisma CBO ou CNAE – para os segmentos de segurança

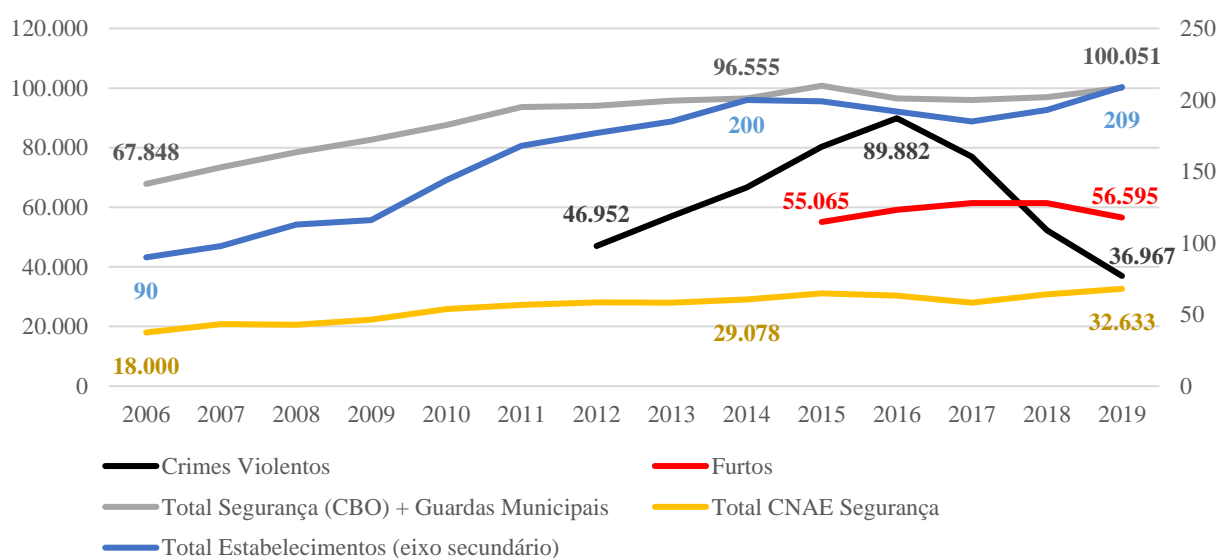
³ Segundo o site da SEJUSP é considerado o total de crimes violentos se dá pela: “soma dos registros de Estupro Consumado; Estupro de Vulnerável Consumado; Estupro de Vulnerável Tentado; Estupro Tentado; Extorsão Consumado; Extorsão Tentado; Extorsão Mediante Sequestro Consumado; Homicídio Tentado; Roubo Consumado; Roubo Tentado; Sequestro e Cárcere Privado Consumado; Sequestro e Cárcere Privado Tentado e Homicídio Consumado (registros)” (<https://cutt.ly/Xx6tJxu>)



permaneceram em ascensão, a mesma relação se mantendo para abertura de estabelecimentos vinculados a atividade de segurança.

Em certo sentido, os dados reforçam os apontamentos teóricos acerca do caráter multifacetado da insegurança – e seus canais de transmissão e reforço – que vão muito além do total de ocorrência ou de taxas de crimes por proporção de habitantes. Isso é ainda mais explícito – a persistência da sensação de insegurança – se compararmos que a queda se tornou ainda mais acentuada entre os picos da ocorrência de crimes violentos 89 mil, em 2016, e que houve uma redução nos furtos (61 mil, em 2017) em relação aos números de 2019.

Gráfico 1 - Total força de trabalho e estabelecimentos vinculados à segurança versus crimes violentos e furtos na RMBH



Fonte: Elaboração própria, emprego (RAIS, 2021) e crimes violentos e furtos (SEJUSP-MG, 2021).

3.1 A Segurança Privada na RMBH

Mais especificamente, conforme apontando, há grande heterogeneidade nas ocupações de segurança privada, que refletem diferentes papéis sociais, consequentemente, de estruturas físicas e urbanas vinculadas à estas ocupações. Desta forma, existem desde os segmentos, ao menos teoricamente, não ostensivos ou repressivo (e.g., os porteiros e vigias ou os instaladores e monitoramento de vídeos); outras ocupações voltadas para organização e treinamento (e.g., os supervisores); até, por fim, aqueles mais ostensivos, inclusive munidos de armas de fogo (e.g., os vigilantes).

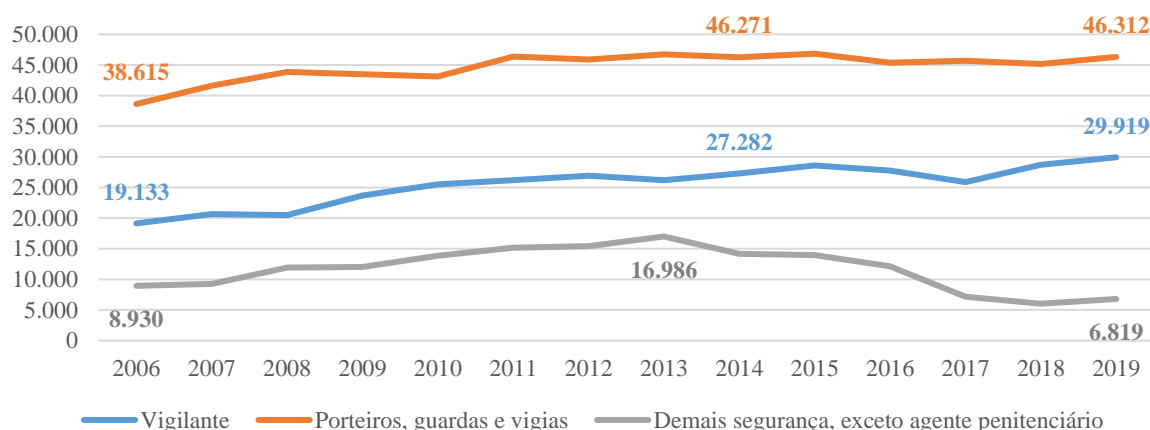
O que se pode verificar pela desagregação das informações da RAIS, expresso no Gráfico 2, é que o segmento mais ostensivo – os vigilantes – foi aquele que teve o aumento



mais expressivo no período (56%), sendo que rapidamente recuperou os valores pré-crise. A título de comparação, o efetivo da PMMG, para todo estado de Minas Gerais, entre 2006 (40 mil) e 2019 (39 mil) (SENASP, 2006; 2019), permaneceu praticamente constante, enquanto o de vigilantes se elevou 19 mil para 29 mil.

Para as ocupações de porteiros, guardas e vigias o volume de emprego se manteve constante, praticamente igualando o período pré-crise, e com aumento entre 2006 e 2019 de 20%. Finalmente, para as ocupações ‘demais segurança’ – que foram excluídos os agentes penitenciários – compostos por supervisores e pessoal vinculando a instalação e manutenção de sistemas eletrônicos de segurança, o que se verifica é uma redução, entre 2006 e 2019, de 24%, sendo que o total de vínculos é menos da metade do total do ápice, em 2013. Portanto, averigua-se como a recuperação é desigualmente distribuída no setor de segurança privada e como há preferência pela ocupação mais repressiva.

Gráfico 2 - Força de trabalho vinculada à segurança (CBO) – segmentado – na RMBH



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados de emprego da RAIS (2021).

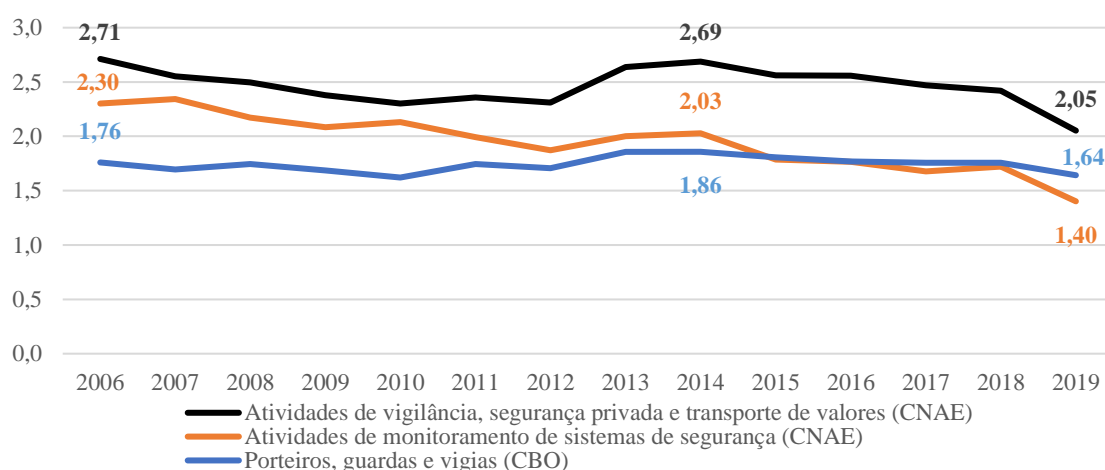
Outra forma de captar as heterogeneidades e hierarquias nestas ocupações é através dos rendimentos em salários mínimos, presentes no Gráfico 3. Neste gráfico é verificado como alguns segmentos têm passado por uma constante precarização do ponto de vista da remuneração, especialmente os trabalhadores das “atividades de monitoramento de sistemas de segurança”. A situação dos porteiros, guardas e vigias se mantêm praticamente constante no período em tela.

Por fim, optou-se por exibir as “atividades de vigilância, segurança privada e transporte de valores”, porque o seu deslocamento era praticamente similar ao dos vigilantes – pois esta ocupação constitui o grosso das ocupações desta atividade. Da sua curva



descendente percebe-se, também, a crescente precarização que os diversos trabalhadores do segmento – em especial os vigilantes – estão sujeitos, principalmente desde a crise/recessão/baixo dinamismo na economia brasileira. Chama a atenção que os ganhos dos trabalhadores desta atividade se deram apenas num momento muito específico (2012-2014) – marcado pelo contexto de menores índices desemprego da história econômica brasileira – sendo que a tendência é sempre de queda, antes e depois deste período. Ademais, conforme apontado na introdução, os mesmos profissionais geralmente vigiam, fiscalizam, controlam, monitoram frações e classes sociais muito mais próximas da sua realidade do que aquela dos seus empregadores, conforme se constata pelos rendimentos médios.

Gráfico 3 - Rendimento médio, em salários mínimos, na RMBH, por atividades econômicas e ocupação

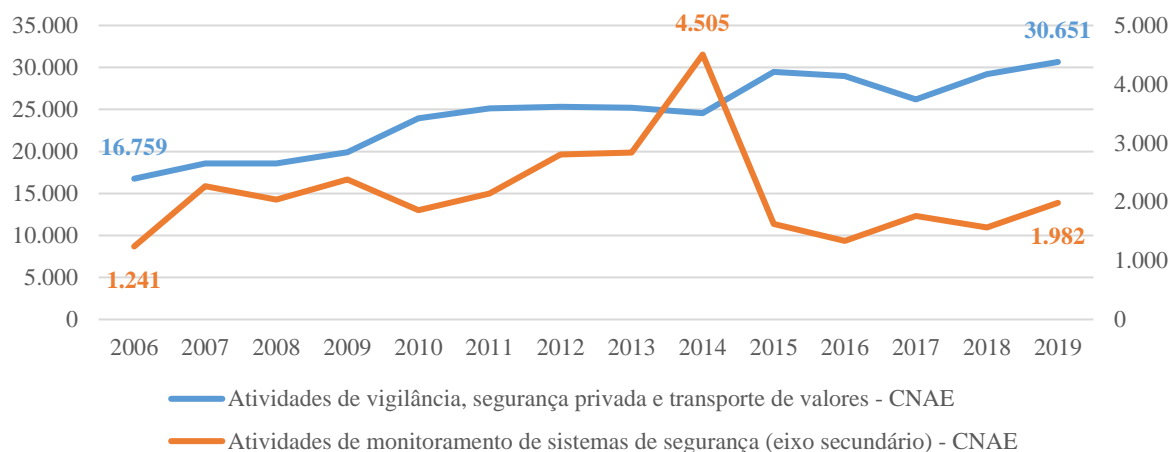


Fonte: elaboração própria, a partir dos dados de emprego da RAIS (2021).

A situação de precarização dos segmentos de atividade *segurança privada* se torna ainda mais clara quando verificamos, no Gráfico 4, que foram atividades de forte atração de pessoal, ou seja, de expansão, sendo que as “atividades de vigilância” já recuperou e superou o total de vínculos do momento pré-crise, além de uma elevação de 83% entre 2006 e 2019. Ou seja, existe a convivência de *aumento da demanda por trabalhadores com a crescente redução dos rendimentos médios* em salários mínimos. Já as atividades de monitoramento de sistemas de segurança sofreram mais com a crise e permanecem com números inferiores ao ápice de 2014, o que reflete, certamente, na aceleração da queda de rendimentos observada no anterior.



Gráfico 4 - Total de vínculos por atividades relacionadas à segurança



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados de emprego da RAIS (2021).

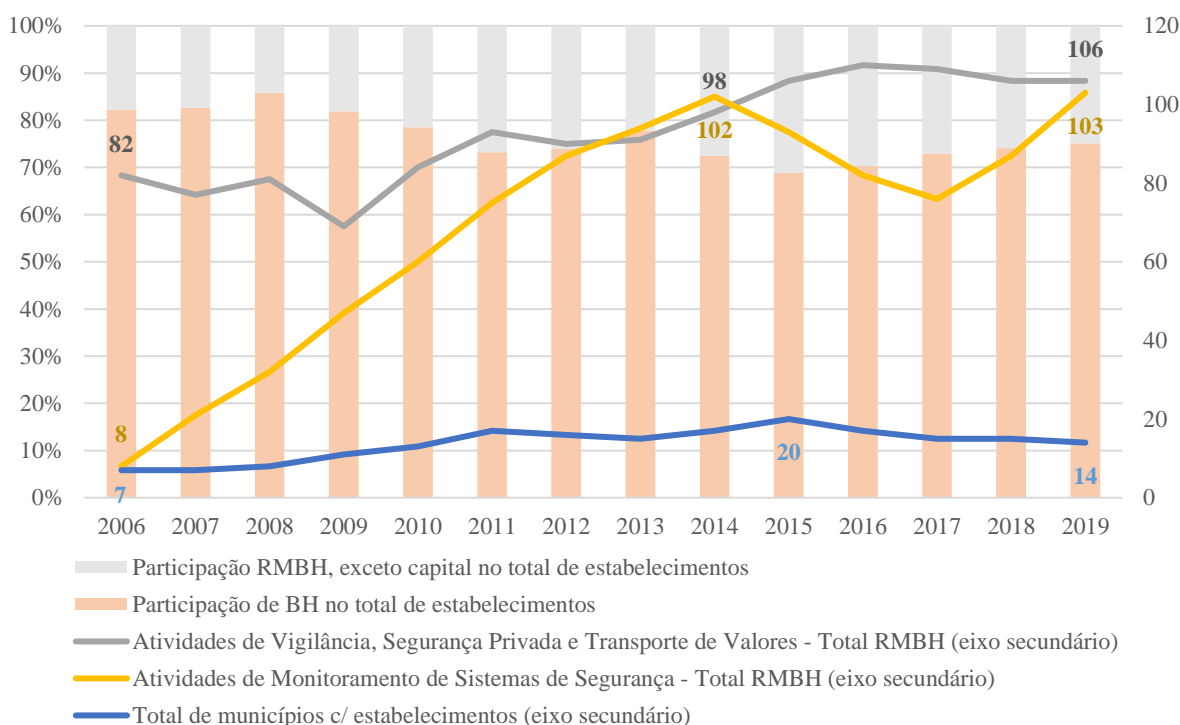
A questão da difusão espacial das atividades de segurança e monitoramento estão apresentadas no Gráfico 5. Neste se verifica tanto a tendência de elevação do número de estabelecimentos, em especial das atividades de monitoramento, quanto uma tendência de desconcentração dos estabelecimentos, seja pelo número de cidades com ao menos um estabelecimento, seja pela participação da RMBH excluída a capital em relação ao total.

O total de desconcentração espacial ocorreu em 2015, com 20 cidades possuindo estabelecimentos nas atividades de segurança e monitoramento, e 31% dos mesmos fora da capital mineira. Além disso, destaca-se que o total de estabelecimentos na RMBH já recuperou os números pré-crise. Sendo que as elevações, entre 2006 e 2019, da atividade de vigilância, segurança privada e transporte de valores foi de 29%, enquanto de atividades de monitoramento de sistemas de segurança foi de 1188%. O total de cidades com estabelecimento dobrou no período⁴, sendo que chegou a quase triplicar, em 2015.

⁴ As cidades com estabelecimentos, em 2019, foram: Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Florestal, Ibité, Lagoa Santa, Mário Campos, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano.



Gráfico 5 - Participação no total de estabelecimentos, total de estabelecimentos e de municípios com estabelecimento vinculados a segurança na RMBH



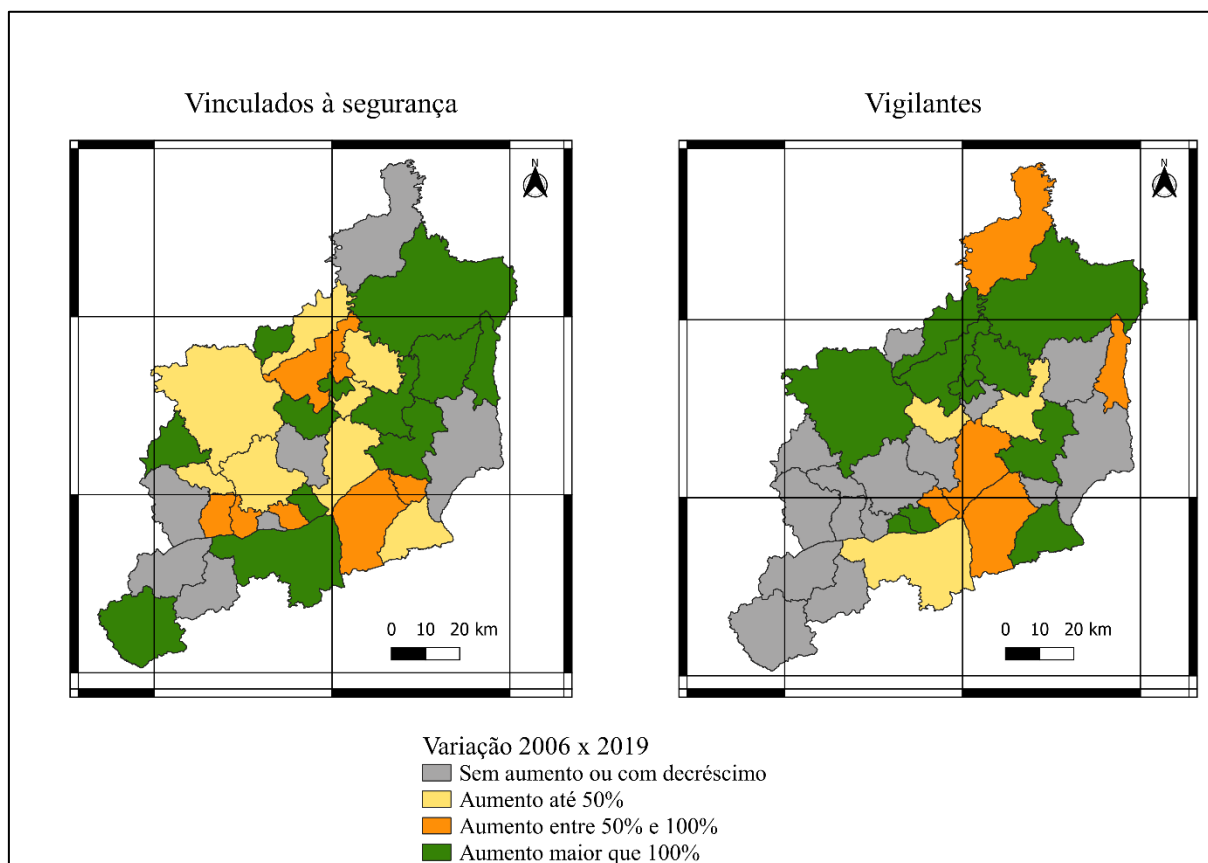
Fonte: elaboração própria, a partir dos dados de emprego e estabelecimento da RAIS (2021).

Do ponto de vista das ocupações a concentração é muito elevada na capital, por exemplo, em 2019, 94% dos vigilantes; 98% do pessoal das atividades de vigilância, segurança privada e transporte de valores; 85% do pessoal das atividades de monitoramento de sistemas de segurança se encontravam na capital. Embora, como se apresentou, haja a desconcentração dos estabelecimentos, a questão da relação com a questão de matrizes e filias das empresas e do local de registro e do local de trabalho da força de trabalho, deve ser a causa destas discrepâncias. Não obstante, os mapas abaixo demonstram a difusão quantitativa do pessoal vinculado a segurança no espaço da RMBH, são utilizados tanto o total de pessoal (sem guardas municipais) e dos vigilantes em específico.

O que merece destaque é como o aumento quantitativo de pessoal vinculado à segurança – e em especial os vigilantes – se deu de forma mais intensa exatamente nos Vetores Norte e Sul da RMBH. Reforçando que aquela série de inversões, empreendimentos e reestruturações urbanas discutidos pela literatura (Mendonça, Andrade e Diniz, 2015; Tonucci Filho *et al*, 2015; Costa *et al*, 2006; Almeida, 2019) possuem também – marcadamente, em sua gênese e desenvolvimento – a dimensão “carceral”, ou seja, a incorporação necessária de

aparatos de vigilância, controle, segregação, sobretudo na sua forma mais repressiva e privada – representada aqui pelos vigilantes.

Figura 1 - Mapa da difusão espacial das ocupações de total vinculados à segurança (CBO) e de vigilantes (CBO) na RMBH



Fonte: elaboração própria, a partir dados de emprego da RAIS (2021).

Em outras palavras, a pós-metrópole belo-horizontina – além de pós-fordista, globalizada, fractalizada – também é evidentemente carceral; além, por exemplo, de possuir traços periféricos-dependentes como a centralidade de atividades primárias, especialmente minerária, poluentes e destruidoras do meio ambiente (Reis e Silva, 2015). Ou seja, um *front* muito mais amplo de contradições, destituições e desposseções se arrolam neste espaço.

3.2 A Segurança Pública Municipal: as Guardas Municipais na RMBH

A questão da municipalização, da necessidade e do apelo por políticas de segurança desenvolvidas localmente pode ser constatada, num primeiro momento, pela forma como se dá a institucionalização da segurança pública na estrutura de Secretarias Municipais. Neste



sentido, verifica-se, em 2019, que sete cidades⁵ possuem Secretaria *exclusiva* para o assunto; uma⁶ com o setor diretamente subordinado a chefia do Executivo; outras onze⁷ com o setor subordinado a outra secretaria ou com secretaria em conjunto com outras políticas setoriais; e as outras quinze sem nenhuma estrutura (IBGE, 2020). O que se percebe, na verdade, é uma grande heterogeneidade, segundo o tamanho dos municípios e a presença da secretaria exclusiva.

Uma outra forma de abordar a problemática da municipalização da segurança pública é com o mapeamento de quais cidades da RMBH possuem guarda municipal; quando a mesma foi instituída; o tamanho do efetivo; se a mesma utiliza armas de fogo; se o treinamento é dado pela Polícia Militar; além de algumas questões sobre a presença do Programa Olho Vivo. Neste sentido, a tabela abaixo sumariza algumas destas informações, assim há 11 municípios com Guarda Municipal na RMBH. Destaca-se, entretanto, que aparecem apenas aqueles que já implementaram a mesma, pois, por exemplo, Brumadinho possui a legislação aprovada, em 2014, além de concurso já realizado para contratação, mas a Guarda Municipal ainda não foi organizada.

O interessante é que a relação da presença de guarda municipal pode não ter relação com secretaria específica, por exemplo, quatro dos municípios não possuem nenhuma estrutura exclusiva. Este traço mostra como a problemática de segurança pública possui várias nuances que se plasmam aos interesses locais. Outro aspecto que deve ser salientado é que todas foram instituídas na década de 2000, antes do estatuto federal, de 2014, referente às guardas municipais. Ademais, verifica-se que 6, ou 54%, das Guardas Municipais possuem arma de fogo e que 5, ou 45%, tiveram treinamento com PMMG.

Em relação ao programa Olho Vivo, em levantamento nos sítios eletrônicos de jornais e prefeituras, 16 cidades⁸ da RMBH contavam com o programa. O interessante é que apenas nas três principais cidades (Belo Horizonte, Contagem e Betim) que ele foi implementado antes de 2010. Além disso, outras oito⁹ estão buscando a instalação das câmeras e da infraestrutura de monitoramento.

⁵ Belo Horizonte, Betim, Esmeraldas, Jaboticatubas, Nova Lima, Raposos e Rio Manso.

⁶ Mateus Leme.

⁷ Brumadinho, Floresta, Igarapé, Nova União, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas e Sarzedo.

⁸ Belo Horizonte (2004), Betim (2007), Contagem (2008), Florestal (2014), Confins (2020), Itatiaiuçu (2014), Juatuba (2013), Nova Lima (2013), Pedro Leopoldo (2020), Mateus Leme (2014), Vespasiano (2013), Ribeirão das Neves (2015), Igarapé (2018), Santa Luzia (2020), Sabará (2014).

⁹ Brumadinho, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas, Matozinhos, Rio Acima, Itaguara, Lagoa Santa.



Tabela 1 - Informações sobre Guarda Municipal nos municípios da RMBH

Município	Ano de instituição	Efetivo (2019)	Utiliza arma de fogo	Treinada pela PMMG
Belo Horizonte	2003	2054	Sim	Não
Betim	2001	155	Sim	Sim
Contagem	2006	419	Sim	Não
Itatiaiuçu	2010	13	Não	Não
Nova Lima	2001	93	Sim	Sim
Pedro Leopoldo	2005	27	Sim	Sim
Ribeirão das Neves	2006	53	Não	Sim
Rio Acima	2005	5	Não	Não
Sabará	2005	37	Não	Não
Santa Luzia	2005	71	Não	Sim
São José da Lapa	2005	4	Sim	Não

Fonte: Elaboração própria a partir das informações de MUNIC (IBGE, 2020).

Ressalta-se como este programa tem vinculação com as principais empresa de segurança privada e vigilância, por exemplo, a empresa EMIVE foi a responsável pela instalação dos projetos de monitoramento do Olho Vivo das cidades de Contagem, Belo Horizonte, Ribeirão das Neves e Betim. Ou seja, a articulação entre segurança privada e segurança pública (estadual e municipal), disputas por orçamentos e o fundo público, processos de urbanização, distribuição de esferas de atuação é central na pós-metrópole contemporânea. Reproduz-se, através do espaço, a sensação de insegurança que privilegia estes setores, num movimento que ambos ganham: são enclaves fortificados protegidos pela segurança privada; é o monitoramento público realizado com infraestrutura das empresas privadas; é instituição de forças de segurança municipal; é a PMMG tendo concursos que sempre repõe o seu pessoal, etc.

4. Considerações Finais

Os resultados do trabalho sinalizam a evolução quantitativa – e de certa forma qualitativa, quando especificadas as particularidades da força de trabalho deste segmento – das ocupações de segurança privada na RMBH. Destaca-se, também, a sua dimensão espacial,



ou sua espacialidade, com o espraiamento das ocupações de segurança nos diversos municípios que compõem a RMBH no período em tela (2006-2019).

Ademais, as observações apontam que os diferentes e novos processos de urbanização metropolitana e metropolização – e sua série de especificidades do novo momento do capitalismo – carregaram, em si mesmos, a dinâmica chamada de “carceral”. Isto pode ser constatado, tanto do ponto de vista arquitetônico – como já apontava a literatura – quanto do ponto de vista da força de trabalho, abordagem privilegiada neste trabalho.

Em conclusão, a difusão da manifestação do caráter “carceral” da urbanização na RMBH pode ser sumarizada nas observações:

1) O aumento expressivo – inclusive maior o aumento total da geração de vínculos na RMBH – das ocupações vinculadas a segurança, agregado ao fato que o total de vínculos, sob diferentes ópticas, praticamente recuperou/superou os valores pré-crise, isto é, de 2014;

2) O aumento, do ponto de vista da segurança privada, do segmento mais repressivo, os vigilantes;

3) A expansão dos estabelecimentos vinculados à segurança privada;

4) A expansão espacial das ocupações e dos estabelecimentos, especialmente com maior intensidade nos Vetores Norte e Sul da RMBH, exatamente onde tem ocorrido as mais profundas reestruturações espaciais constadas pela literatura;

5) A consolidação e difusão do modelo de Guardas Municipais para segurança pública nos municípios da RMBH e a vinculação da relação entre serviços públicos e privados, ou seja, imbricação e apoio de empresas de segurança e vigilância nas atividades estatais municipais; e

6) A precarização – do ponto de vista dos rendimentos – das condições da força de trabalho vinculada à segurança, reforçando aspectos hegemônicos da neoliberalização, especialmente reprodutores de desigualdades sociais, econômicas e espaciais.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Renan Pereira. Implosão e Explosão: Mercado Imobiliário e a Exópolis Belo-Horizontina, p. 511-522 In: Geraldo Magela Costa; Heloisa Soares de Moura Costa; Roberto Luís de Melo Monte-Mór. (Org.). **Teorias e Práticas Urbanas: Condições para a Sociedade Urbana**. 1ed. Belo Horizonte: C/ Arte, 2015.

ALMEIDA, Renan Pereira. **Desenvolvimento urbano, infraestrutura e dinâmica imobiliária** [manuscrito] / Renan Pereira Almeida. – Tese de Doutorado em Economia, CEDEPLAR, UFMG, 257f., 2019.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Editora 34, 2000.



COSTA, Heloisa Soares de Moura *et al.* **Novas periferias metropolitanas: a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul.** Editora C/Arte, 2006.

DAVIS, Mike. **Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles.** Boitempo Editorial, 2015.

IBGE, MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/gctcERK>. Acessado em 31 de Março de 2021. 2020.

LACERDA, Gabriel do Carmo. **Desenvolvimento e Planejamento Estadual em Minas Gerais.** Dissertação em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR/UFRJ, 2019.

MENDONÇA, Jupira Gomes; ANDRADE, Luciana Teixeira; DINIZ, Alexandre Magno Alves. Introdução: Mudanças e permanências na estrutura socioeconômica e territorial na Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Belo Horizonte: transformações na ordem urbana**, v. 1, p. 15-32, 2015.

RAIS, Relação Anual de Informações Sociais. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. 2021.

REIS, Julio Cesar; SILVA, Harley. Mineração e desenvolvimento em Minas Gerais na década 2000-2010. **Novos Cadernos NAEA**, v. 18, n. 3, 2015.

SEJUSP-MG. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Disponível e: <https://www.seguranca.mg.gov.br/2018-08-22-13-39-06/dados-abertos>. 2021.

SENASP. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública** – Governo Federal. 2006. Disponível em: <https://bitly.com/WWUUVn>. 2006.

SENASP. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública – Governo Federal. 2019. Disponível em: <https://bitly.com/0JaSJT>. 2019.

SOJA, Edward W. **Postmetrópolis: estudios críticos sobre las ciudades y las regiones.** Madrid: Traficantes de sueños, 2008 [2000].

SOUZA, Marcelo José Lopes. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana.** Bertrand Brasil, 2008.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. Cidade Fractal: Transformações Recentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte. **XII ENCONTRO NACIONAL ENANPUR**, 2009.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura *et al.* Estrutura produtiva e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte: formação histórica e perspectivas contemporâneas. **Metrópoles: Território, Coesão Social e governança Democrática. Belo Horizonte: Transformações na ordem urbana.** Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 49-88, 2015.

VENAGLIA, Guilherme. “O que a lei diz sobre segurança privada e PMs na função”. **Sítio eletrônico da CNN Brasil.** 26/11/2020. Acessado em 15 de agosto de 2020. Disponível em: <https://bitly.com/dIwoqA>.

VIGILITANTE, Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais. **Cerca de 100 mil pessoas prestam serviços de vigilância de forma ilegal em Minas.** Disponível em: <https://cutt.ly/XctxF49>. Acessado em 31 de março de 2021. s/d.